

Política, Planejamento e Gestão em Saúde

3



Luis Henrique Almeida Castro
Fernanda Viana de Carvalho Moreto
Thiago Teixeira Pereira
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2020

Política, Planejamento e Gestão em Saúde

3



Luis Henrique Almeida Castro
Fernanda Viana de Carvalho Moreto
Thiago Teixeira Pereira
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dr. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Luis Henrique Almeida Castro
Fernanda Viana de Carvalho Moreto
Thiago Teixeira Pereira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P766 Política, planejamento e gestão em saúde 3 / Organizadores Luis Henrique Almeida Castro, Fernanda Viana de Carvalho Moreto, Thiago Teixeira Pereira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-324-8

DOI 10.22533/at.ed.248202808

1. Política de saúde. 2. Saúde coletiva. 3. Saúde pública. I. Castro, Luis Henrique Almeida. II. Moreto, Fernanda Viana de Carvalho. III. Pereira, Thiago Teixeira.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Política, Planejamento e Gestão em Saúde” emerge como uma fonte de pesquisa robusta, que explora o conhecimento em suas diferentes faces, abrangendo diversos estudos.

Por ser uma área que investiga processos de formulação, implementação, planejamento, execução e avaliação de políticas, sistemas, serviços e práticas de saúde, a sua relevância no campo das ciências da saúde é indiscutível, revelando a multiplicidade de aportes teóricos e metodológicos, de caráter interdisciplinar, transdisciplinar e multiprofissional, influenciados por diferentes campos de conhecimento.

No intuito de promover e estimular o aprendizado dos leitores sobre esta temática, os estudos selecionados fornecem concepções fundamentadas em diferentes métodos de pesquisa.

Constituído por dez volumes, este e-Book é composto por 212 textos científicos que refletem sobre as ciências da saúde, seus avanços recentes e as necessidades sociais da população, dos profissionais de saúde e do relacionamento entre ambos.

Visando uma organização didática, a obra está dividida de acordo com seis temáticas abordadas em cada pesquisa, sendo elas: “Análises e Avaliações Comparativas” que traz como foco estudos que identificam não apenas diferentes características entre os sistemas, mas também de investigação onde mais de um nível de análise é possível; “Levantamento de Dados e Estudos Retrospectivos” correspondente aos estudos procedentes do conjunto de informações que já foram coletadas durante um processo de investigação distinta; “Entrevistas e Questionários” através da coleta de dados relativos ao processo de pesquisa; “Estudos Interdisciplinares” que oferecem possibilidades do diálogo entre as diferentes áreas e conceitos; “Estudos de Revisão da Literatura” que discutem o estado da arte da ciência baseada em evidência sugerindo possibilidades, hipóteses e problemáticas técnicas para a prática clínica; e, por fim, tem-se a última temática “Relatos de Experiências e Estudos de Caso” através da comunicação de experiência e de vivência em saúde apresentando aspectos da realidade clínica, cultural e social que permeiam a ciência no Brasil.

Enquanto organizadores, através deste e-Book publicado pela Atena Editora, convidamos o leitor a gerar, resgatar ou ainda aprimorar seu senso investigativo no intuito de estimular ainda mais sua busca pelo conhecimento na área científica. Por fim, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e o trabalho aqui presente pode ser um agente transformador por gerar conhecimento em uma área fundamental do desenvolvimento como a saúde.

Boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro
Fernanda Viana de Carvalho Moreto
Thiago Teixeira Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO DA SAÚDE NA ATENÇÃO TERCIÁRIA: EXPERIÊNCIAS DE ATUAÇÃO EM UMA CLÍNICA DE HEMODIÁLISE EM CRATEÚS

Francisco Henrique Cardoso da Silva

Esther de Sena Ferreira

Artur Gevázio de Lira da Silva

Francisca Neide de Andrade Leite

Maria Daniele Rodrigues

Sandoélia Barbosa Sousa

DOI 10.22533/at.ed.2482028081

CAPÍTULO 2..... 13

A ATUAL EPIDEMIA DE SÍFILIS E SUAS CAUSAS –PESQUISA POR AMOSTRAGEM NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM/MG

Jennifer Nataly Barbosa da Silva

Mariana de Andrade Fernandes

Luciana Godoy Pellucci de Souza

Juliana Patrícia Martins de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.2482028082

CAPÍTULO 3..... 21

A PERSPECTIVA DO CUIDADO EM SAÚDE BUCAL: A EFETIVIDADE DAS AÇÕES NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA EM UM MUNICÍPIO DO NORDESTE BRASILEIRO

Waneska Ferreira Cavalcante de Albuquerque Reis

Ana Carolina Soares Pereira

Meire Coelho Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.2482028083

CAPÍTULO 4..... 28

AS PRÁTICAS COLETIVAS EM SAÚDE DA POPULAÇÃO QUE VIVE EM UM TERRITÓRIO DE COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ - SC

Adriana Grabner Corrêa

Carlos Eduardo Maximo

Fernanda Veiga

DOI 10.22533/at.ed.2482028084

CAPÍTULO 5..... 46

ATUAÇÃO DE GRADUANDOS DE ENFERMAGEM NA ESCUTA QUALIFICADA COMO CUIDADO À SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES ESCOLARES

Ana Paula Cunha Duarte

Antonia Kátia Lopes Araújo

Brígida Maria Gonçalves de Melo Brandão

Caroline Natielle Rocha da Silva

Fabricia da Silva Pereira dos Reis

Geovane Moura Viana

Kelly Rose Pinho Moraes

Linielce Portela Nina
Mariana da Cunha Costa
Patricia da Silva Pereira dos Reis
Priscilla Herculana Araújo dos Santos
Vanessa de Jesus Guedes Dias

DOI 10.22533/at.ed.2482028085

CAPÍTULO 6..... 55

**AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE TERAPIA NUTRICIONAL E CUIDADOS PALIATIVOS
APLICADOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS**

Maria Fernanda Brandão Santos
Andrea Romero de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.2482028086

CAPÍTULO 7..... 67

**AVALIAÇÃO DO CONSUMO E CONSEQUÊNCIAS DA UTILIZAÇÃO DE DROGAS
PSICOATIVAS NA POPULAÇÃO IDOSA**

Tháís Alves Barbosa
Elizangela Goncalves Ferreira Zaleski
Lizandra Alvares Félix Barros

DOI 10.22533/at.ed.2482028087

CAPÍTULO 8..... 78

**AVALIAÇÃO DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA EM UMA ESCOLA
DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM-PA**

Sabinaluz Natal Malheiros da Silva
Sarah Maria de Lima Faro
Adalberto Tavares Von Paumgarten Filho
Ralf Cardoso Mudesto Oliveira
Gabriel Silva Novais
Arthur Henrique Rodrigues Leite
Juliana de Moraes Silva
Dalila Pinheiro Diniz Tavares
Hyvina Paula Peres Duarte
Victória Gabriele Broni Guimarães
Greice de Lemos Cardoso Costa
Izaura Maria Vieira Cayres Vallinoto

DOI 10.22533/at.ed.2482028088

CAPÍTULO 9..... 89

**CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA: FRAGILIDADES E DESAFIOS EM SUA
UTILIZAÇÃO**

Jacqueline Rodrigues do Carmo Cavalcante
Yolanda Rufina Condorimay Tacsí

DOI 10.22533/at.ed.2482028089

CAPÍTULO 10..... 94

CAPACITAÇÃO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: BREVE AVALIAÇÃO DO IMPACTO DE EXPERIÊNCIA REALIZADA EM ANGRA DOS REIS

Mayara Athanázio Diogo

Marcelo Paraíso Alves

DOI 10.22533/at.ed.24820280810

CAPÍTULO 11..... 104

CONTENÇÃO MECÂNICA: CONDUTAS ADOTADAS PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM UMA UNIDADE DE EMERGÊNCIA PSIQUIÁTRICA

Anderson Afonso do Amaral

Alex Brendo Gonçalves Costa

Luan Caio Amaral Pimentel da Silva

Gabryel Henryk Nunes Lôbo

Emerson Cardoso Carvalho

Gleivison Cunha Teles

Daniela da Silva Soares

José Helessandro do Amaral Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.24820280811

CAPÍTULO 12..... 115

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS EM SAÚDE COLETIVA: DETERMINANTES SOCIAIS EM SAÚDE EM UMA COMUNIDADE DA REGIÃO CENTRO SUL DE BELO HORIZONTE

Mariana Costa Ferreira Righi Rodrigues

Luiza Mara Vieira Rocha

Sara Peixoto Rabelo

Felipe Gildin

Pedro Henrique Mota Alfredo

José Felipe Pinho da Silva

DOI 10.22533/at.ed.24820280812

CAPÍTULO 13..... 125

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA A MELHORA NA PERCEPÇÃO DE AUTOCUIDADO EM PACIENTES DIABÉTICOS ASSISTIDOS NA ATENÇÃO BÁSICA

Yasmin Renata Soares de Lima

Agnes Cristy de Mesquita

Ana Paula de Moura Galle

Caroline Senábio Mendes

Laura Beatriz Oliveira Ferreira

Ana Karolina Franzim Garcia

Adriele Faria Onning

Beatriz Nogueira de Araújo

Walkiria Shimoya-Bittencourt

Tiago Henrique Souza Nobre

Lorena Frange Caldas

Ariane Hidalgo Mansano Pletsch

DOI 10.22533/at.ed.24820280813

CAPÍTULO 14..... 130

EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO DISPOSITIVO DE GESTÃO DO SISTEMA DE SAÚDE

Anna Karla Nascimento Lima
Daniele Knopp Ribeiro
Fábio da Costa Carbogim
Elaine Cristina Dias Franco
João André Tavares Álvares da Silva
Edith Monteiro de Oliveira
William Ávila de Oliveira Silva
Denise Barbosa de Castro Friedrich

DOI 10.22533/at.ed.24820280814

CAPÍTULO 15..... 144

ESTUDO POR AMOSTRAGEM: PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO PACIENTE VIVENDO COM HIV/AIDS NO MUNICÍPIO DE MARABÁ

Maurícia Macedo Ramalho
Thais Thimoteo Santos
Antonio Carlos de Sousa Gomes Junior
Rafael Oliveira Chaves

DOI 10.22533/at.ed.24820280815

CAPÍTULO 16..... 157

ESTUDO SOBRE CONSUMO DE ÁLCOOL E CAUSAS DE ETILISMO, DE IDOSOS FREQUENTADORES DA UNIVERSIDADE DA MELHOR IDADE

Milciana Urbiêta Barboza
Fasíla de Nazaré Lobato Pinheiro
Patrícia Lira Bizerra
Lizandra Alvares Félix Barros
Luana Silva Soares

DOI 10.22533/at.ed.24820280816

CAPÍTULO 17..... 170

IMPORTÂNCIA DA MONITORIA NA DISCIPLINA GENÉTICA HUMANA PARA OS ALUNOS DE BIOMEDICINA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Vítor Gabriel Felipe
Wagner Gouvêa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.24820280817

CAPÍTULO 18..... 176

O ENVELHECIMENTO ATIVO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A DOR NOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE DA MELHOR IDADE

Alana Furtado Hefler
Patrícia Lira Bizerra
Lizandra Alvares Felix Barros
Elizabeth Gonçalves Ferreira Zaleski

DOI 10.22533/at.ed.24820280818

CAPÍTULO 19.....	190
PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE E O DESCONHECIMENTO DOS USUÁRIOS SOBRE O SUS EM UMA COMUNIDADE NO CENTRO DE BELO HORIZONTE	
Rafael Fagundes dos Anjos Araújo	
Maria Fernanda Amaral Carvalho	
Júllia de Castro Bolina Filgueiras	
Mariana Prates Camilo	
Tayrone Rodrigues Gonçalves	
José Felipe Pinho da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.24820280819	
CAPÍTULO 20.....	201
SAÚDE MENTAL: ESTRESSE EM ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA	
Ana Karolina Ibanhes	
Angelina de Fátima Sesper Nogueira	
Ester Katyane Rodrigues Torres	
Laura Beatriz da Silva	
Karla de Toledo Candido Muller	
DOI 10.22533/at.ed.24820280820	
CAPÍTULO 21.....	209
VALIDAÇÃO DE UM MANUAL EDUCATIVO COMO TECNOLOGIA DE ENFERMAGEM PARA AVALIAÇÃO NUTRICIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA	
Percília Augusta Santana da Silva	
Hugo Santana dos Santos Junior	
Kecyani Lima dos Reis	
Anderson Bentes Lima	
Jofre Jacob da Silva Freitas	
Marcus Vinicius Henriques Brito	
DOI 10.22533/at.ed.24820280821	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	219
ÍNDICE REMISSIVO.....	221

CAPÍTULO 15

ESTUDO POR AMOSTRAGEM: PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO PACIENTE VIVENDO COM HIV/AIDS NO MUNICÍPIO DE MARABÁ

Data de aceite: 01/07/2020

Maurícia Macedo Ramalho

Thais Thimoteo Santos

Antonio Carlos de Sousa Gomes Junior

Rafael Oliveira Chaves

RESUMO: O direito ao transporte tem papel imprescindível para melhoria de condições de mobilidade urbana, e, conseqüentemente, aumentar o acesso democrático das pessoas à cidade, diminuindo dessa forma as desigualdades sociais, principalmente em relação aqueles com menos recursos financeiros, na perspectiva de que necessitam de condições mínimas de subsistências, a exemplo, das pessoas vivendo com HIV/AIDS hipossuficientes. **Objetivo:** Identificar os meios de transporte utilizados pelos clientes que vivem com HIV/AIDS do Centro de Testagem e Aconselhamento de Marabá, elencar suas principais dificuldades em relação aos meios de transportes públicos e sugerir medidas para melhoria do acesso aos serviços de saúde do CTA. **Metodologia:** O estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa de campo, na qual foi aplicado um questionário aos clientes que vivem com HIV/AIDS no Centro de Testagem e Aconselhamento de Marabá (CTA). Aplicado de forma aleatória no período do mês de Março de 2019, durante o atendimento diário. **Resultado:** Identificou que as paradas de ônibus

em sua maioria apresenta uma boa estrutura, no entanto a segurança praticamente não existe. Outro fator que dificulta o acesso é o tempo transcorrido entre um coletivo e outro para acesso a cidade, além da distância que é percorrida até o centro, e na maioria das vezes esses transportes apresentam condições precárias para circulação. Lamentavelmente essas problemáticas identificadas contribuem para desistência do tratamento dos usuários do CTA/SAE. **Conclusão:** Evidencia-se que o atual modelo de mobilidade urbana do Município de Marabá provoca situações que dificultam a garantia de acesso a direitos essenciais. Faz-se necessário o reconhecimento dessa realidade, pois ela denota a urgência da constituição de processos voltados à mudança dos espaços urbanos, incluindo as ruas, em locais mais igualitários que criem oportunidades reais às parcelas excluídas da população.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade urbana; paciente vivendo com HIV/AIDS; Dificuldades de acesso.

ABSTRACT: The right to transport has an essential role to improve conditions of urban mobility, and, consequently, increase people's democratic access to the city, thus reducing social inequalities, especially in relation to those with less financial resources, in the perspective that they need minimum conditions of subsistence, for example, of people living with hyposufficient HIV / AIDS. **Objective:** To identify the means of transport used by clients living with HIV / AIDS at the Marabá Testing and Counseling Center, to list their main difficulties in relation to the means

of public transport and to suggest measures to improve access to CTA health services. Methodology: The study was developed through field research, in which a questionnaire was applied to clients living with HIV / AIDS at the Marabá Testing and Counseling Center (CTA). Applied randomly in the period of March 2019, during daily care. Result: He identified that most bus stops have a good structure, however security is practically non-existent. Another factor that makes access difficult is the time elapsed between one collective and another to access the city, in addition to the distance that is traveled to the center, and most of the time these transports present precarious conditions for circulation. Unfortunately, these identified problems contribute to the abandonment of treatment by CTA / SAE users. Conclusion: It is evident that the current model of urban mobility in the municipality of Marabá causes situations that make it difficult to guarantee access to essential rights. It is necessary to recognize this reality, as it denotes the urgency of creating processes aimed at changing urban spaces, including the streets, in more egalitarian places that create real opportunities for the excluded sections of the population.

KEYWORDS: Urban mobility; patient living with HIV / AIDS; Difficulties of access.

INTRODUÇÃO

Atualmente as pessoas vivendo com HIV/AIDS em tratamento e com supressão da Carga viral do HIV (CV-HIV) tem expectativa de vida semelhante à da população geral, desde que mantidos continuamente sob terapia antirretroviral (TARV). Segundo Boletim Epidemiológico (2016) o Brasil tem em média 41,1 mil casos de AIDS nos últimos cinco anos. De 2007 até junho de 2016, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 136.945 casos de infecção pelo HIV no Brasil. Apesar do Ministério da saúde sinalizar uma estabilização do número de casos desse agravo, o que se observa é um aumento significativo do número de casos na região norte 61.4%, nos revelando assim, que a estabilização da doença está longe de ser alcançada.

O atual perfil epidemiológico desse agravo requer uma política de saúde bem estruturada e de amplo alcance, que envolva serviços de prevenção, tratamento e acompanhamento cada vez mais eficazes.

Assim, uma das principais dificuldades identificadas pelo Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) de Marabá no Estado do Pará é a dificuldade de acesso, ou seja, a mobilidade urbana, que os clientes vivendo com HIV/AIDS enfrentam para receber seus antirretrovirais mensalmente, e a mobilidade urbana estão intimamente relacionadas a essa dificuldade de acesso, pois na maioria das vezes esses clientes residem em outros municípios, em bairros longínculos ou na zona rural de difícil acesso.

Segundo Boareto (2008) o processo de urbanização em curso propicia a fragmentação do espaço urbano, criando bairros residenciais cada vez mais distantes dos locais de trabalho e de lazer, além de expulsar a população mais carente para a periferia.

Além disso, observa-se que essa urbanização fragmentada gera vazios urbanos e a infraestrutura construída para a circulação de automóveis ou mesmo para o transporte

coletivo gera áreas degradadas física e economicamente, dificultando assim, a vida da população em geral. No caso específico do CTA/SAE, observa-se que o Município possui três núcleos principais, além da área de zona rural que é bastante ampla, e municípios circunvizinhos, os quais têm o Município de Marabá como polo, contribuindo assim para dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

Nesse sentido, o objetivo desse estudo é identificar os meios de transporte utilizados pelos clientes que vivem com HIV/AIDS do Centro de Testagem e Aconselhamento de Marabá, elencar suas principais dificuldades em relação aos meios de transportes públicos e sugerir medidas para melhoria para o acesso aos serviços de saúde do CTA.

Visando assim, a melhoria do acesso aos serviços do CTA/SAE e a mobilidade urbana no Município de Marabá, através de um olhar apropriado dos profissionais de saúde, do planejamento e da gestão municipal, enfatizando a atenção integral para esse grupo, considerando as características e necessidades subjetivas, socioculturais e demográficas específicas, confirmando que, o cuidado ultrapassa indicação adequada de regimes terapêuticos e acesso a exames laboratoriais, pois, há uma necessidade urgente de reestruturação no atendimento desse grupo específico, e para isso, se torna fundamental para que os profissionais preste uma assistência adequada, com diagnóstico precoce, e acompanhamento do cliente que vive com HIV/AIDS, buscando uma integração intersetorial e intrassetorial.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa de campo, na qual foi aplicado um questionário aos clientes que vivem com HIV/AIDS no Centro de Testagem e Aconselhamento de Marabá (CTA). Aplicado de forma aleatória no período do mês de Março de 2019, durante o atendimento diário dos referidos clientes. Na pesquisa utilizou como método de inclusão os clientes que já estavam em acompanhamento com diagnóstico de HIV/AIDS há mais de um ano, e que residam em Marabá ou nos municípios circunvizinhos de Marabá e que fazem parte do 11º Centro Regional de Saúde (CRS), o método de exclusão foi, os clientes que tem menos de um ano de tratamento, os que vieram transferidos de outros estados ou de municípios do Estado do Pará que não sejam do 11º CRS.

Para início da pesquisa foi enviado um ofício para a Secretária Municipal de Saúde solicitando autorização para aplicar um questionário para os pacientes do CTA/SAE, no qual esses não seriam identificados (Ofício e questionário anexo I). O questionário com as seguintes perguntas: Sexo? Escolaridade? Renda familiar? Situação atual de emprego? Município e bairro de residência? Meio de transporte utilizado? Próprio ou coletivo? Se coletivo responder se é confortável, bom, regular, ruim ou péssimo? Intervalo de tempo que passa o transporte coletivo na parada mais próxima da sua casa? O percurso da residência

do entrevistado até o CTA? A situação das instalações e segurança das paradas de ônibus? E por último a quantidade de vez que vão ao CTA/SAE no período de um ano?

Para análise bibliográfica dos resultados, foram obedecidos os descritores: Mobilidade urbana; paciente vivendo com HIV/AIDS; Dificuldades de acesso. Para tanto, perquirindo-se a estrita relação entre os direitos do cliente vivendo com HIV/AIDS e a mobilidade urbana, os quais constituem instrumentos de fomento para pesquisas e desenvolvimento, bem como para a disseminação do conhecimento, os dados foram analisados através de tabela Excel, para melhor visualização das informações.

DIFICULDADES DE ACESSO AOS SERVIÇOS DO CTA/SAE E O DIREITO AO TRANSPORTE

A Constituição Federal (1988) no seu art. 196, nos trás que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos a ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

No art. 6º, da Constituição Federal (1988) diz que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”

Buscando atender esses direitos, o Centro de Testagem e Aconselhamento de Marabá CTA/SAE atende toda demanda social espontânea e provocada, levando em consideração a privacidade, a ética, o respeito às diferenças e as necessidades diariamente trazidas. No qual, uma equipe multiprofissional qualificada realiza os atendimentos e buscam priorizar os segmentos populacionais mais vulneráveis.

No entanto, apesar desse trabalho de prevenção e controle, verifica a necessidade de planejar ações não apenas nessa perspectiva, mais também de acompanhamento dos casos positivos, principalmente no que tange ao acesso ao serviço tanto para identificação como também para continuação do tratamento, pois ainda se perde muitas vidas para HIV/AIDS, uns por demorar identificar os sintomas da doença e outros por dificuldades de acesso aos serviços para dar continuidade ao acompanhamento.

Nesse sentido, a Emenda Constitucional nº90/2015 transformou o Direito ao transporte, como Direito Social estabelecido pela Constituição Federal. Essa inserção consiste na exigência individual ou coletiva de meios públicos ou privados adequados ao deslocamento na área urbana ou rural (RAMOS, 2018, p.831) e representa uma grande conquista para toda sociedade cidadina que há muito se clamou por políticas públicas voltadas a mobilidade urbana.

O direito ao transporte tem papel imprescindível para melhoria de condições de mobilidade urbana, e, conseqüentemente, aumentar o acesso democrático das pessoas à cidade, diminuindo dessa forma as desigualdades sociais, principalmente em relação

aqueles com menos recursos financeiros, na perspectiva de que necessitam de condições mínimas de subsistências, a exemplo, dos pacientes soro positivos hipossuficientes.

Sendo assim, esse direito não pode ser visto como mero acesso a cidade, nem tampouco, como “novo direito”, vez que não há de se falar em direito a saúde para as pessoas vivendo com HIV/AIDS, por exemplo, se não existir condições mínimas de transporte público urbano que permita o acesso a eles aos hospitais ou postos de saúde.

Ao referir-se a importância desse Direito Social, Melo destaca que:

Os meios de transporte coletivo urbano são de essencial importância para a manutenção da dinâmica cidadina e no cotidiano das pessoas, pois, através deles parcela significativa da população desloca-se de um lugar para o outro, dessa forma, esse meio de transporte é fundamental principalmente para aquelas pessoas que residem longe do local de trabalho e estudo e que não dispõe de recursos financeiros para gastar com outros modos de transporte que exija um investimento maior. (MELO, 2012, p.01)

Portanto, observa-se que o direito social ao transporte está intimamente ligado a efetividade de vários outros direitos fundamentais que geram demandas de deslocamento. Nesta perspectiva, foi editada, em 2012, a Lei nº 12.587 que instituiu as diretrizes da política Nacional de Mobilidade Urbana com a finalidade de proporcionar melhoria da eficiência e qualidade da prestação de serviços.

Esta lei faz parte de um rol de normas de políticas de desenvolvimento urbanas criadas para concretização da construção de um espaço urbano democrático e incluyente de forma que todos possam ter acesso à centralidade urbana, onde estão contidas a maioria dos equipamentos estatais essenciais para manutenção de uma vida digna. No entanto, infelizmente, após vários anos as diretrizes instituídas tanto na lei de mobilidade urbana quanto em outras normas não são implementadas na prática, o que ocasiona prejuízos imensuráveis, sobretudo para pessoas que ganham entre um a três salários mínimos e que não está de forma expressa, amparados por norma infraconstitucional que garanta a gratuidade ou descontos nas passagens de transporte coletivo, a exemplo das pessoas portadoras de doenças graves, tal qual HIV/AIDS.

Nesse cenário, objetivando facilitar o acesso, o Ministério Público Federal instaurou inquérito em 2018 para apurar a eventual interpretação equivocada e limitada por parte dos Ministérios dos Transportes, que estaria discriminando os portadores de Esquizofrenia e HIV, por não considera-los pessoas com deficiência para fins de concessão da gratuidade no transporte interestadual.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sexo		Idade						Situação de emprego	
M	F	12-20	21 - 30	31 – 40	41-50	51-60	>61	Empregado	Desempregado
105	67	23	66	35	25	18	5	109	63

Tabela 01: Perfil do cliente vivendo com HIV/AIDS

Para esta análise, foram aplicados questionários de forma aleatória durante o mês de Março de 2019, período no qual foi possível entrevistar 172 clientes que vivem com HIV/AIDS.

Fonte: CTA/SAE/2019 – Marabá/PA

Na tabela 01 observa-se que o número de casos com HIV/AIDS ainda é predominante no sexo masculino, pois culturalmente o homem se expõe mais que a mulher, ele tem mais liberdade e se previne menos. Outro fator que contribui para esse número de casos é o sexo anal, o qual é uma das principais fontes de transmissão do vírus HIV/AIDS.

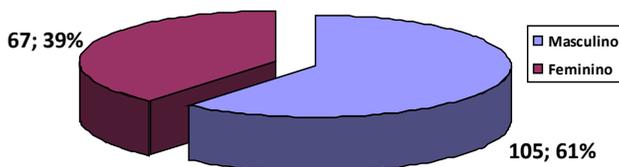


Gráfico 01: Números de pessoas entrevistados com HIV/AIDS por sexo

Fonte: CTA/SAE/2019 – Marabá-PA

Em relação à idade, observa-se que o número de pessoas vivendo com HIV/AIDS são maiores na faixa etária de vinte e um (21) a trinta (30) anos, acredita-se que tal fato ocorra devido, essas pessoas serem infectadas com a doença na adolescência entre quinze e dezenove anos. E de acordo com o Departamento de IST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, essa faixa etária explodiu entre 2006 a 2015, entretanto, o diagnóstico ocorre na maioria das vezes em média de dois a quatro anos após, quando começam a manifestar os sinais e sintomas da infecção. Os resultados apontam para a necessidade de planejar ações de prevenção e identificação dos casos o mais precoce possível com foco nas populações de maior vulnerabilidade. Assim, muitos desafios precisam ser enfrentados, no que tange a identificação precoce e acompanhamento dos pacientes que

vivem com HIV/HIDS.

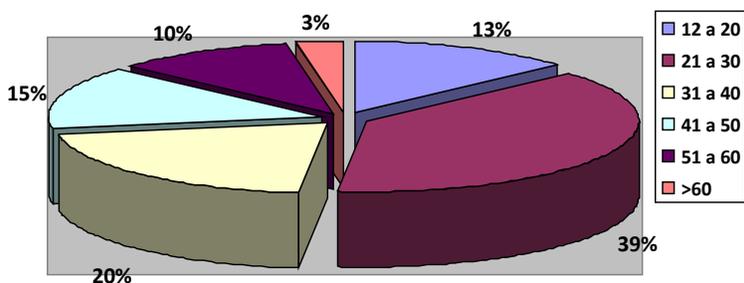


Gráfico 02: Número de pessoas vivendo com HIV/AIDS dos entrevistados de acordo com a faixa etária

Fonte: CTA/SAE/2019 – Marabá-PA

Outro fator importante é a situação de emprego. Nesse aspecto, observa-se que 36% das pessoas entrevistadas encontram-se desempregadas. Essa informação é de extrema relevância, pois uma das grandes preocupações no momento atual em que vivemos está relacionada à família e a questão do desemprego, que cada vez mais está desestruturando os lares brasileiros. Assim, cabe a equipe do CTA/SAE identificar os casos de vulnerabilidade social para que possa de forma articulada, interdisciplinar, apresentando propostas criativas, inovadoras que contribuam para o melhor atendimento ao usuário, bem como facilitar o acesso do mesmo aos serviços de saúde da instituição.

O desemprego é um fator importante para a desigualdade social, elevando os índices de pobreza, fazendo com que parte expressiva de sua população não tenha acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania, ficando assim, à margem da sociedade.

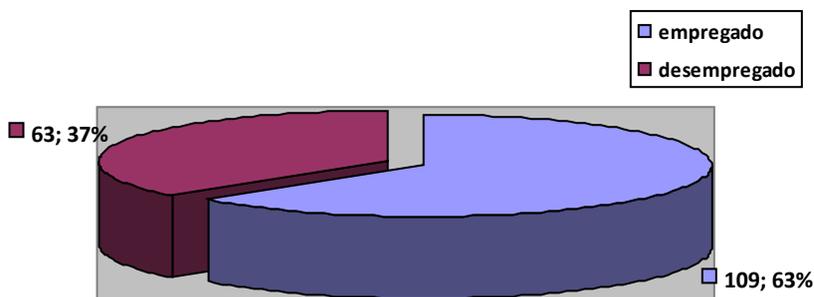


Gráfico 03: Situação de emprego dos entrevistados

Fonte: CTA/SAE/2019 – Marabá-PA

Segundo Sikorski (2013) o desemprego leva as pessoas, a agir de maneiras diferentes: algumas aceitam como um fato passageiro, outros se acomodam com a ajuda de parentes e amigos, e muitos não se conformam, chegando a se revoltar e não aceitam esta situação degradante da necessidade, da fome, e recorrem a caminhos errados, como alcoolismo, droga, violência e até mesmo ao mundo do crime, e nos pacientes que vivem com HIV/AIDS essa relação ainda é mais preocupante, pois geralmente esses pacientes já sofrem com o estigma e o preconceito, e a ociosidade muitas vezes os leva a um quadro de depressão grave, o que agrava significativamente esses casos.

Qual a faixa salarial de sua família?				
-salário Mínimo	Um salário	Dois Salários	Três Salários	+Três Salários
60	62	23	18	09

Tabela 02: Faixa salarial do cliente vivendo com HIV/AIDS

Fonte: CTA/SAE/2019 – Marabá-PA

Na tabela 2, fica evidente a situação socioeconômica dos entrevistados, na qual dos 172 entrevistados 70% recebem um ou menos de um salário mínimo, sendo que 34% (60) dos entrevistados recebem menos de um salário mínimo e 36% (62) recebem um salário mínimo e apenas 29% (50) pessoas entrevistadas recebem acima de dois salários mínimos, destes 13% recebem em média dois salários mínimos, 10% (18) recebem a cima de três salários mínimos e apenas 5.2% (09) recebem a cima de três salários mínimos.

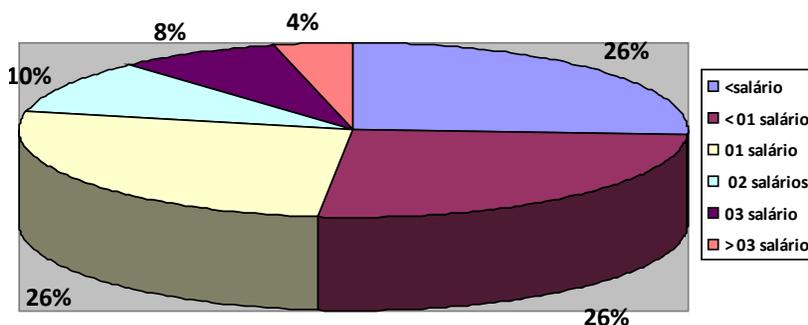


Gráfico 04: Situação econômica dos entrevistados

Fonte: CTA/SAE/2019 – Marabá-PA

A questão socioeconômica é um dos principais problemas evidenciados nos clientes que vivem com HIV/AIDS, os quais estão em um estado de vulnerabilidade social e precisam de atendimento, no campo saúde pública a intervenção profissional é fundamental para a

identificação e conduta frente às dificuldades desses clientes, no entanto, o que muito se vê é uma atuação de maneira mediatizada por uma política de saúde fragmentada, tem ações restritas e marcadas por um contexto de desresponsabilização por parte do Estado. Assim, a falta de informação sobre a doença e aos direitos que os assiste é um dos fatores que contribui para a não adesão e continuidade do acompanhamento das pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Próprio			Público		
Carro	Táxi lotação	Moto	Bicicleta	Coletivo	Ambulância
42	23	35	12	52	08

Tabela 03: Meio de transporte utilizado para ter acesso aos serviços do CTA/SAE

Fonte: CTA/SAE/2019 – Marabá-PA

Observa-se que o número de pessoas que ainda utilizam o transporte coletivo chega a 30% (52) das pessoas entrevistadas. Apesar de outros transportes alternativos, esse meio de transporte ainda é bastante utilizado.

Faz mister observar-se também que 40% (70) dos entrevistados utilizam transporte alternativos, tais como: taxi de lotação, moto ou bicicleta, não por opção, mas por necessidade, pois não há transporte público suficiente para suprir suas demandas.

Diante desse panorama, é de suma importância a reestruturação dos transportes públicos, pois as dificuldades de acesso devido descentralização desorganizada da cidade de Marabá e as dificuldades de acesso da zona rural para zona urbana ainda são fator preocupante para deslocamento desses clientes e da comunidade em geral.

Nesse sentido, o Plano diretor, Lei municipal obrigatória para cidades com mais de 20 mil habitantes, estabelece as regras básicas sobre o uso e ocupação do solo urbano, ou seja, é uma norma que traça os caminhos efetivos para o planejamento, desenvolvimento e execução da expansão urbana, dentro de um contexto harmônico com o que dispõe a Carta Magna, Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e a lei 12.587/2012.

Todavia, apesar da existência de todo um arcabouço jurídico com a finalidade de dar eficiência para a administração das cidades, percebe-se que há uma parcela da sociedade que sofre com as mazelas do estado, principalmente, no que diz respeito ao transporte público. Transporte esse que não suprem as necessidades de seus usuários, que por vezes são obrigados a optarem por transportes particulares comprometendo parte de seu orçamento familiar.

Classificação	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Confortável	00	03	04	30	15
Intervalo de tempo	02	02	10	15	23

Tempo de percurso	02	03	06	18	23
Instalação das paradas	10	30	05	02	05
Segurança nas paradas	02	02	10	07	31

Tabela 04: Avaliação do transporte público

Fonte: CTA/SAE/2019 – Marabá-PA

Na tabela 04, do total de cinquenta e dois (52) entrevistados que utiliza o transporte público para locomoção, é possível visualizar que, 57% consideram o transporte coletivo ruim, 28.8% péssimo. Em relação ao intervalo de tempo, 44.4% consideram péssimos e 28.8% ruim. Ao serem questionados sobre o tempo de percurso da residência até ao CTA/SAE 44.2% péssimo e 34.6% ruim. Quanto às instalações das paradas para acesso ao transporte público 57.6% boas e 19.2% ótimas. No quesito segurança nas paradas do transporte coletivo 59.6% péssimo e 19.2% regular.

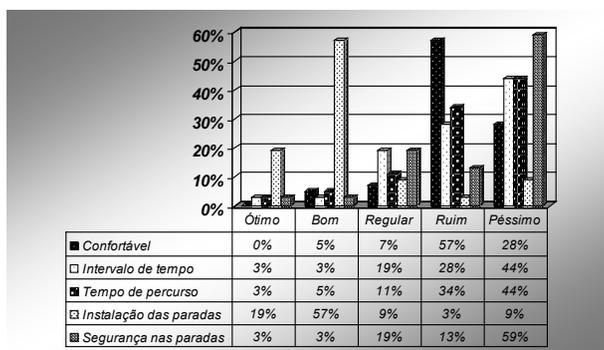


Gráfico 05: Classificação do transporte coletivo

Fonte: CTA/SAE/2019 – Marabá-PA

Assim, segundo Lima e Ferraz (1995) a qualidade em transporte público urbano é definida com a adequação dos fatores críticos gerenciais e seus resultados aos requisitos dos clientes da prestadora dos serviços, que são: usuários, poder público, acionistas das empresas, funcionários e comunidade.

O transporte coletivo exerce papel importante na atual configuração dos deslocamentos como meio de transporte que propicia a interligação entre as diversas regiões das cidades, constituindo-se numa alternativa para a redução de graves problemas encontrados nas cidades (RODRIGUES, 2006).

Quantas vezes vão ao CTA/SAE por Ano	Total	Possui Passe livre	
		Sim	Não
01 a 03 X	10	00	10
03 a 06 X	14	02	12
06 a 12 X	50	00	50
12 ou mais X	98	36	62

Tabela 05: Percurso percorrido
Fonte: CTA/SAE/2019 – Marabá-PA

Na tabela 5 visualiza o número de vezes que os clientes entrevistados freqüentam o CTA/SAE de Marabá por ano e se possui a carteirinha de passe livre. Observa-se que 56.9% procuram esse serviço mais de doze (12) vezes ao ano e destes 36.7% possui a carteirinha de passe livre e 63.2% não possui. Observa-se que muitos entrevistados aos questionados sobre a carteirinha de passe livre demonstraram surpresos, pois os mesmos desconheciam esse direito.

Em relação a esse direito à gratuidade foi garantido pela Lei nº 8.899/94 e regulamentado pelo Decreto nº 3.691/2.000. Para tanto, este normativo dispõe que a concessão do benefício observará outras leis e decretos, entre estes estão a Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social) e o Decreto nº 6.214/2007, que definem contornos mais amplos de deficiência, abrangendo também pessoas com doenças graves, critérios que vêm sendo ignorado pelos responsáveis pela análise e autorização do passe livre (PROCESSO Nº 5022144-61.2018.4.03.6100), site Justiça Federal.

Outro aspecto verificado junto à equipe do CTA/SAE foi que o passe livre intermunicipal (Modelo em anexo II) é fácil de adquirir no Município de Marabá, no entanto muitas pessoas vivendo com HIV/AIDS não conhecem esse direito, outros já ouviram falar, no entanto não procuraram por ele, pois tem medo que no passe livre estivesse escrito o motivo desse direito, assim eles entendem que as pessoas ficariam sabendo do diagnóstico da infecção em questão. Observa-se assim, uma falta de comunicação entre a pessoa vivendo com HIV/AIDS e a equipe multiprofissional do CTA/SAE.

Quanto ao passe livre interestadual é quase impossível adquirir esse direito, pois a pessoa que vive com HIV/AIDS deve obedecer a critérios muito rigorosos, tais como perda de visão, perda da mobilidade entre outros (modelo para solicitação em anexo III). Mais fica o questionamento se o acompanhamento deve ser integral, universal e equânime, porque esperar o paciente agravar o seu estado geral? Para só então o favorecer com o seu direito já garantido por Lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, observa se de acordo com o estudo realizado que, o atual modelo de mobilidade urbana do Município de Marabá provoca situações que dificultam a garantia de acesso a direitos essenciais. Faz-se necessário o reconhecimento dessa realidade,

pois ela denota a urgência da constituição de processos voltados à mudança dos espaços urbanos, incluindo as ruas, em locais mais igualitários que criem oportunidades reais às parcelas excluídas da população. Na problemática em questão, observa-se que essas pessoas já sofrem com o estigma e o preconceito da sociedade o que agrava a situação socioeconômica desse grupo em específico, e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde pode complicar significativamente a situação de saúde do paciente vivendo com HIV/AIDS.

Portanto, faz-se necessário que haja a implementação na prática das diretrizes contidas nas legislações, sobretudo o que dispõe lei de mobilidade urbana para que assim, as cidades possam ser geridas de forma justa e democrática, pensadas para todos os cidadãos, objetivando, minimizar as segregações causadas. Pensar a mobilidade urbana de maneira a ir muito além de somente o deslocamento casa/trabalho, mas também nas necessidades triviais que a população tem durante os dias, quando não está ao dispor dos seus trabalhos; sobre as formas de chegar aos locais em que são oferecidos os bens e serviços.

Além disso, deve-se desenvolver políticas públicas voltadas à orientação clara e abrangente sobre o direito ao passe livre intermunicipal e interestadual, objetivando, auxiliar essas pessoas que vivem com HIV/AIDS na identificação, adesão e continuidade no acompanhamento desse agravo.

Em relação às dificuldades relacionadas ao transporte coletivo, observa-se que as paradas de ônibus em sua maioria apresenta uma boa estrutura, no entanto a segurança praticamente não existe. Outro fator que dificulta o acesso é o tempo transcorrido entre um coletivo e outro para acesso a cidade, além da distância que é percorrida até o centro, e na maioria das vezes esses transportes apresentam condições precárias para circulação. Lamentavelmente esse tipo de transporte vem perdendo passageiros devido a esses fatores identificados, onde cada dia mais esses passageiros buscam por transportes alternativos tais como: moto táxi, táxi de lotação, bicicleta entre outros. Buscando assim, por mais segurança e celeridade.

Assim, os incentivos a esses transportes alternativos são altamente regressivos, isto é, beneficiam mais quem tem mais e menos, ou nada, quem tem menos. Nesse sentido o serviço precisa adquirir a capacidade de se comunicar com a sociedade em geral, propiciando e ampliando o conhecimento e entendimento sobre a natureza e a importância do transporte público.

REFERÊNCIAS

BOARETO, Renato. **A política de mobilidade urbana e a construção de cidades sustentáveis.** Ciência & Ambiente, Santa Maria: UFSM, n. 37, p. 73-92, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional nº90/2015

BRASIL. Lei 10.257. Estatuto das Cidades. Brasília, 2001.

BRASIL. Decreto nº 6.214/2007

BRASIL. Lei nº 17.846, DE 29 DE MARÇO DE 2018.

BRASIL. Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social)

BRASIL. Boletim Epidemiológico 2016. Ministério da Saúde.

OLIVEIRA, Elisa Resende. Violência doméstica e familiar contra a mulher: um cenário de subjugação do gênero feminino. **Revista do Laboratório de Estudos de Violência da UNESP**. Marília, nº 9, Maio/2012.

MELO, Maria do Socorro Ribeiro. **Transporte Coletivo Urbano e Acessibilidade na Área Central de Teresina**: um instrumento na (re) organização do espaço. Seminário Regional Norte e Nordeste de Pós-Graduação de Geografia. João Pessoa-PB: Universidade Federal da Paraíba, 2012;

BRASIL. **PROCESSO Nº 5022144-61.2018.4.03.6100** site Justiça Federal – Passe Livre;

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 5. Ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018;

RODRIGUES, Mauricio Olbrick. **Avaliação da qualidade do transporte coletivo da cidade de São Carlos**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em file:///C:/Users/rose/Downloads/dissertacaomauricio.pdf. Acesso em 17/04/2019;

SIKORSKY, Daniela. **Oficina de formação: questão social**. São Paulo: Peason Education do Brasil, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 15, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 80, 81, 86, 87, 88, 208, 213

Agente Comunitário 95, 98, 102, 103

AIDS 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155

Alcoolismo 52, 54, 76, 151, 157, 158, 159, 168, 169

Atenção Básica 23, 25, 26, 27, 28, 30, 43, 44, 45, 76, 93, 95, 98, 99, 102, 126, 141, 188, 202, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 217

Atenção Terciária 1, 5, 11

Autocuidado 57, 71, 125, 126, 128, 129, 161

Avaliação Nutricional 55, 58, 59, 62, 209, 210, 211, 212, 213, 217

B

Biomedicina 170, 171, 172, 174, 209

C

Caderneta de saúde da criança 89, 92, 93

Contenção mecânica 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116

D

Determinantes sociais 48, 49, 117, 118, 119, 120, 121, 122

Diabetes 55, 56, 57, 61, 62, 73, 74, 120, 125, 126, 127, 128, 129, 165, 181, 195, 217

Drogas psicoativas 67, 69, 70

E

Educação em saúde 21, 24, 25, 26, 54, 125, 126, 208, 217

Educação permanente 45, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 141, 142, 143

Emergência Psiquiátrica 104, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 114, 115

Enfermagem 8, 20, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 77, 89, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 130, 135, 140, 142, 143, 169, 178, 187, 188, 189, 198, 208, 209, 211, 217, 218

Ensino Médio 15, 35, 54, 71, 72, 78, 79, 81, 86, 87, 88, 162, 181

Envelhecimento 56, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 75, 157, 167, 168, 169, 176, 178, 179, 180, 183, 186, 188, 189

Envelhecimento ativo 169, 176, 178, 183, 188

Epidemia 13, 14, 15, 17, 18

Equipe de enfermagem 104, 105, 106, 107, 109, 112, 113, 114, 115, 116

Escolares 46, 47, 48, 49, 52, 87

Escuta qualificada 6, 46, 47, 48, 49, 50, 52

Estratégia Saúde da Família 21, 22, 23, 25, 51, 94, 95, 98, 101, 142, 188, 217

Estresse 78, 80, 81, 86, 87, 88, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Etilismo 157

G

Genética 69, 170, 171, 172, 173, 174

H

Hemodiálise 1, 6, 7, 8, 10, 11, 12

HIV 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155

I

Idosos 48, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 219

Instituições de longa permanência 55, 58, 66

M

Monitoria 170, 171, 172, 173, 174, 175

P

Pesquisa Por Amostragem 13

Psicologia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 45, 53, 88, 108, 135, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 217

S

Saúde bucal 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Saúde coletiva 27, 37, 45, 76, 77, 103, 117, 121, 122, 127, 141, 187, 188, 198, 208

Saúde mental 1, 9, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 76, 79, 81, 87, 88, 104, 105, 109, 110, 114, 115, 179, 201, 202, 208

Sífilis 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20

SUS 26, 29, 37, 45, 102, 132, 133, 138, 139, 140, 141, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 202

T

tecnologia de enfermagem 209, 211

Terapia Nutricional 55, 58, 61, 62, 219

Transtorno de ansiedade 79, 80, 87

Transtorno de ansiedade generalizada 78, 79

U

Universalidade 26, 140, 190, 191, 193, 194, 196, 197

Universidade Pública 170

Política, Planejamento e Gestão em Saúde

3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Política, Planejamento e Gestão em Saúde

3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br